

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – MDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PRB
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS
 - 1.1 – Plenário
 - 1.2 – Comissões
- 2 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE
- 3 – ERRATAS



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/8/2018

Presidência do Deputado Inácio Franco

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e a deputada:

Inácio Franco – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Cabo Júlio – Fábio Cherem – Iran Barbosa – João Leite – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Inácio Franco) – Às 14h11min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/8/2018

Presidência do Deputado Adalclever Lopes

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Atas; discurso do deputado Sargento Rodrigues; aprovação – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos – Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.301/2018; requerimento do deputado Sargento Rodrigues; discurso do deputado Sargento Rodrigues; inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos; prejudicialidade do requerimento do deputado Sargento Rodrigues – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Arlen Santiago – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Bosco –

Cabo Júlio – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fred Costa – Geisa Teixeira – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Paulo Guedes – Ricardo Faria – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tito Torres – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Adalcleber Lopes) – Às 10h5min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura das atas das reuniões anteriores.

1ª Parte

Atas

– O deputado Vanderlei Miranda, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

O presidente – Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, há dias temos tentado abrir os trabalhos na Casa, e é certamente compreensível que, durante esse período eleitoral, haja um número menor de parlamentares presentes. Exercer mandato e fazer campanha ao mesmo tempo não é uma tarefa fácil, principalmente para os colegas deputados que vêm de regiões mais longínquas de um Estado do tamanho do nosso. De antemão, presidente, já estou inscrito para discutir todos os projetos da pauta e também já apresentei oito requerimentos e fiz emendas aos projetos que aqui se encontram pautados. Antes mesmo de V. Exa. continuar os trabalhos da Casa, vou falar de uma das insatisfações que tenho em relação à Procuradoria da Casa. Não sei o que levou o procurador desta Casa a fazer recomendações à área de comunicação, e agora até a área da assessoria de comissões desta Casa... Presidente, a discussão da ata passa primordialmente pelas decisões de V. Exa. Se eu não puder ser ouvido por V. Exa., eu o farei na discussão de 13 horas, em que discutirei os projetos.

O presidente – Não havendo retificação a ser feita nas atas, dou-as por aprovadas.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Tendo em vista a importância das matérias constantes na pauta, a presidência solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário (deputado Rogério Correia) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 35 deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.301/2018, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e do Fundo Especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Vem à Mesa requerimento do deputado Sargento Rodrigues em que solicita o adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 5.301/2018. Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, tentei fazer uma discussão da ata mais cedo, mas V. Exa. é muito ocupado; vários deputados cercam V. Exa. na mesa durante as reuniões e, muitas vezes, V. Exa., não por falta de atenção ou zelo pelos colegas, fica impedido de dar sua atenção para assuntos que devemos tratar aqui na Assembleia Legislativa.

Estamos aqui com um pedido de suplementação orçamentária do Estado em favor do Ministério Público de Minas Gerais da ordem de R\$20.500.000,00. Deputado Antônio Jorge, está na hora de o Ministério Público, o Tribunal de Contas e o Tribunal de Justiça começarem a fazer sua parte. Como? É preciso começarem a fazer cortes internos e enxugar a máquina pública no Ministério Público, no Poder Judiciário e no Tribunal de Contas. O cidadão lá fora cobra muito desta Casa. Agora mesmo, em meu Instagram, respondi à pergunta de um cidadão chamado Ronaldo Martins, que queria saber quais eram as minhas propostas – e isso está no meu Instagram, com acesso a qualquer pessoa, pois é aberto: “Deputado, quais são as suas propostas que visam a moralizar e a diminuir os privilégios?”. O cidadão, Sr. Presidente, só se lembra da classe política, só se lembra dos deputados, prefeitos, senadores e presidente; ele não se lembra do Ministério Público nem do Poder Judiciário nem do Tribunal de Contas.

Aqui estamos diante de um pedido de nova dotação orçamentária do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Hoje quero externar aos membros do Ministério Público que acompanham a nossa reunião a minha insatisfação com a instituição. Eu disse ao Dr. Sérgio Tonet e vou repetir da tribuna desta Casa: há dois anos estou sendo atacado por um coronel da Polícia Militar. Fiz 11 representações na Promotoria de Crimes Cibernéticos. Quando fui fazer a 12ª, a promotora disse que não era mais lá e que eu deveria encaminhar a denúncia à Polícia Civil. E continuo sendo atacado pelo Cel. André Leão, chefe de Estado-Maior da Polícia Militar, através de grupos de WhatsApp. O pior: agora chegou ao conhecimento público um áudio de 42 minutos em que o coronel faz tratativas inescrupulosas, deputado Inácio Franco, com um ex-cabo da Polícia Militar, um cidadão chamado Berlinque Cantelmo, que até há poucos dias estava lotado em um gabinete desta Casa. O coronel diz claramente: “Eu pego e repasso as informações”. Poxa! Esse coronel fala claramente no áudio em que faz tratativas inescrupulosas, criminosas que o MP, o Ministério Público, o bravo Ministério Público de Minas Gerais tratou as coisas a passos de tartaruga, e agora esse MP vem solicitar a esta Casa mais recursos?

Quero externar, neste momento, a minha insatisfação com a Promotoria de Crimes Cibernéticos, que foi lenta, morosa, que poderia ter solicitado ao Judiciário uma busca e apreensão do *notebook* do cabo que foi réu confesso, que assumiu que estava atacando este deputado. Foi feita a representação, Sr. Presidente. V. Exa. a encaminhou ao Ministério Público. Aprovei requerimento nesta Casa, mas os ataques continuaram. Agora, com a revelação do áudio, fui pessoalmente, na quinta-feira, às 17h15min, protocolar as notas taquigráficas, que são a transcrição do áudio feita pela Gerência-Geral de Taquigrafia desta Casa. Por sinal, quero parabenizar a nossa gerente da Taquigrafia, Sra. Juliana, que foi diligente, competente; ela e sua equipe fizeram um trabalho sério, bem-feito e nos entregaram as notas taquigráficas em tempo hábil.

O coronel continua nos atacando. Por que não tomar providências? Por que ele é braço direito de Fernando Pimentel, do PT, e o bravo Ministério Público não tem coragem de investigar o primeiro escalão do PT? Será que é por isso? Vou continuar sofrendo ataques à minha honra, à minha imagem, à minha família sem que o bravo Ministério Público venha fazer um serviço que entreguei de forma mastigada para ele? E agora ainda vem aqui pedir nova dotação orçamentária.

Quero, Sr. Presidente, fazer o encaminhamento deste requerimento, fazer este desabafo. Não é só este desabafo. Espero que, a partir dessa fala minha, o Ministério Público volte às suas origens, volte às origens de ser um órgão que denuncia, que fiscaliza, que cobra, que é diligente e que hoje não tem dado sinais disso. Hoje, repito, o MP não tem dado sinais disso. Sou testemunha viva de ataques covardes do Cel. André Leão, chefe do Estado-Maior da Polícia Militar, e que as providências não foram diligentes, que foram a passos de tartaruga. Espero que esse novo áudio, entregue quinta-feira próxima passada, com 42 minutos de tratativas absolutamente criminosas, no qual, deputado Isauro Calais, até arquivamento de procedimento administrativo disciplinar de pessoas envolvidas com sequestro e cárcere privado de dois policiais militares é tratado... Arquivamento e retorno de um cabo da Polícia

Militar que já havia sido expulso pelo comandante-geral também foram objeto de tratativas. Pasmem! O cabo retornou aos quadros da Polícia Militar.

Um coronel, chefe do Estado-Maior da Polícia Militar, com uma linguagem chula, tratando com um cidadão? Ele foi até a casa do ex-cabo. “Você”, “bicho”, “cara”, “véi” são os termos utilizados no áudio. Será que o Ministério Público vai tratar isso com a mesma lentidão, com a mesma letargia que tratou as outras 11 denúncias que eu fiz e que estão no meu gabinete protocoladas? Tratativa. O cidadão fala: “Olha, o Cel. Helbert, ex-corregedor da PM, arquivou um PAD meu, um processo administrativo disciplinar, daquela denúncia de grupo de extermínio em Betim”. O cidadão chega a insinuar que o deputado federal Subtenente Gonzaga fez uma emenda de R\$2.000.000,00 na cidade de Planura, alegando que lá há um parente desse deputado.

Eu quero apuração. Apuração daquilo que compete ao Ministério Público Federal. Eu quero apuração da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, mas queremos apuração. Queremos apuração daquele Ministério Público que conhecemos no passado: diligente, capacitado, fiscalizador, ferrinho de dentista. É desse Ministério Público que queremos. Não do Ministério Público que não tem tido a coragem de investigar membros do primeiro escalão do atual governo. Então, Sr. Presidente, esse é o primeiro desabafo que faço nesta Casa, na data de hoje.

O segundo já fiz a V. Exa. Aqui, na Casa, tem um procurador de nome Bruno. Ele quer castrar o mandato dos deputados. Os senhores deputados e as senhoras deputadas não podem dar entrevista naquele programa mais porque ele diz que não pode. Os senhores deputados não podem entregar uma moção de aplauso nas comissões temáticas porque o Dr. Bruno diz que não pode. Eu quero perguntar ao Dr. Bruno, procurador desta Casa, se ele disputou a eleição, se ele foi talhado nas urnas, como nós. Já disse ao meu presidente: a esse, ele tem ascensão hierárquica, ao 1º-secretário, ele tem ascensão hierárquica, mas eu não sou subordinado ao Dr. Bruno. Não sou subordinado ao Dr. José Geraldo Prado, diretor da área de comunicação. Eles não foram às urnas. Deputado Inácio, isso aqui está virando o quê? Todos chegam aqui e dizem: “Deputado, cale a boca, você não pode falar”. Não. Por duas vezes, um jornalista me impediu de dar entrevista dentro do Plenário. “Ah, deputado, nesta época, aqui, existe uma recomendação...” Recomendação de procurador da Assembleia não é lei eleitoral. Recomendação de procurador da Assembleia não pode, não deve ter o condão de suprimir prerrogativas que foram escritas na Constituição da República e na Constituição do Estado pelo constituinte. Deputado Inácio Franco, as prerrogativas que V. Exa. tem, como deputado, estão lá, previstas pelos arts. 53 e 56. Elas foram feitas, construídas pelos deputados e senadores constituintes, não pelo procurador da Casa. Não foram por recomendação dele. E eu disse a ele: “Foi bom você ter vindo aqui porque vou falar o nome do senhor pelo menos umas 20 vezes na tribuna”. É, deputado Tito Torres, eu falo com o cidadão que eu vou falar. Na hora em que entrei aqui, fui abordado pela assessoria do MP. Falei: “Estou insatisfeito e vou falar da tribuna sobre a minha insatisfação, porque não faço como alguns covardes fazem”. Eu não ataco pelas costas. Não faço curvas. Falo direto porque não tenho o rabo preso com ninguém. Então, deputado Tito Torres, temos de cuidar daquilo que o povo nos confiou. Por que há deputado em Brasília condenado e ninguém o cassa? Por que um juiz não cassou? Porque o constituinte entendeu que quem cassa somos nós. Então tem sido submetido ao nosso crivo. E vou ficar escutando recomendação?

Deputado Lafayette de Andrada, V. Exa. é o 1º-vice-presidente desta Casa, é advogado, é constitucionalista. V. Exa. tem de nos ajudar, deputado Lafayette de Andrada. V. Exa. é deputado das lidas judiciais. Pedi para marcar audiência semana que vem para fazer entrega de moção de aplauso, de assunto entregue e aprovado pela comissão, mas a assessoria da comissão disse que não podia. E não pode por quê? “Porque é moção de aplauso.” Deputado Isauro Calais, mas esse não é o meu trabalho? Não foi aprovado na comissão? O ato não vai ser aprovado dentro do Legislativo, como determina o Regimento Interno? Como vai ter recomendação do procurador? Não aceito isso.

Se os senhores deputados, se as senhoras deputadas aceitam passivamente que o procurador da Casa nos imponha uma mordaca, os senhores podem aceitar, mas este deputado não. Sei o que é receber um voto. Acredito que os senhores saibam o tanto que somos atacados dia e noite, mas, dentro da própria Casa, dentro da sua própria Casa, ser impedido de exercer o mandato

parlamentar? Eu disse ao presidente: “Vou chamar o diretor de comunicação, o Sr. José Geraldo Prado, e perguntar se posso ocupar a tribuna e transmitir minha imagem no telão”. Porque, daqui a pouco, vão falar que não pode, deputado Gustavo Santana, vão falar que não pode. “Ah, deputado, o senhor não pode sentar nessa cadeira. O senhor não pode escrever nesse papel. Tome cuidado.”

Vou falar para o Dr. Bruno e para o Dr. José Geraldo do Prado: todo deputado sabe individualmente se está se excedendo ou não; sabe que não pode pedir voto em comissão; sabe que não pode pedir voto para A, B ou C nas comissões, no Plenário, em uma entrevista, dentro do Parlamento; e sabe que, se o fizer, responderá individualmente por isso. Ele vai responder individualmente. Porque V. Exa., presidente da Assembleia, não tem como ficar paparicando deputado e falando: “O senhor pode falar isso, mas isso não pode”. O senhor é deputado e presidente deste poder. O senhor tem milhares de coisas para fazer de grande relevância. Portanto, presidente, este é o segundo ponto que quero abordar com V. Exa.

Presidente, não aceito receber ordem de procurador e de diretor desta Casa. Se vier uma ordem de V. Exa., o senhor é presidente e hierarquicamente estou subordinado ao senhor dentro desta Casa, acato. Se for do 1º-Secretário, acato, mas do procurador? Do diretor de comunicação? Que eles vão às urnas, se submetam ao crivo popular, sejam eleitos e depois venham para esta Casa. Fora isso, não aceito receber ordem de procurador e de diretor desta Casa. Quer me dar ordem? Sente na cadeira de presidente, aí vou cumpri-la. E, mesmo assim, vou até o gabinete do presidente tentar persuadi-lo de forma respeitosa, porque é presidente do poder e temos de respeitá-lo. Existe a função do 1º-Secretário, que precisa ser respeitada, mas, em relação aos demais, não dá, presidente. Se for um par, dialogamos, conversamos, discutimos, vamos contrapor ideias, mas, em relação aos outros, não podemos aceitar. Está demais.

Eleição não castra prerrogativas de deputado, deputado Inácio. Eleição não pode destituir nenhum parlamentar das prerrogativas para as quais foi eleito. Quero ver um juiz ou um promotor ofertar denúncia ou proferir sentença nesse sentido, pois você estava no Plenário, estava na comissão exercendo sua atividade. Esse é o primeiro encaminhamento que farei, presidente.

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos, motivo pelo qual declara prejudicado o requerimento do deputado Sargento Rodrigues.

Encerramento

O presidente – A presidência encerra a reunião, desconvoando a extraordinária de hoje, às 18 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* – Sem revisão do orador.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/7/2018

Às 10h45min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Glaycon Franco e Celinho do Sinttrocel (substituindo o deputado Sávio Souza Cruz, por indicação da liderança do Bloco Minas Melhor), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Glaycon Franco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.459/2018, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 11ª Reunião Ordinária da comissão, realizada em 4/7/2018, que debateu a

criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, para que suspenda a criação do referido parque até que todas as dúvidas dos cidadãos potencialmente atingidos pela medida sejam sanadas;

nº 12.460/2018, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas pedido de informações sobre o estágio de implantação do sistema de portaria eletrônica do Parque Estadual do Ibitipoca, previsto no acordo firmado com o Ministério Público do Estado em abril de 2018, bem como sobre o andamento das demais medidas pactuadas com vistas à proteção dos ecossistemas e à garantia da saúde e da segurança dos visitantes;

nº 12.461/2018, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que condicione a criação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, atualmente em estudo no âmbito do Instituto Estadual de Florestas, à previsão de dotação de recursos, no orçamento estadual anual, para a regularização fundiária da unidade de conservação, conforme determina o § 1º do art. 45 da Lei Florestal Mineira – Lei nº 20.922, de 2013;

nº 12.462/2018, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas pedido de providências para que sejam asseguradas, no ato que criar o Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, regras de transição para o uso dos recursos naturais na área demarcada, de modo a compatibilizar a presença de produtores rurais na unidade de conservação até que a regularização fundiária da área seja efetivada, conforme determinam os arts. 44 e 45 da Lei Florestal Mineira – Lei nº 20.922, de 2013;

nº 12.534/2018, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para revogar as alterações constantes no Anexo I da Deliberação Normativa Copam nº 223, de 23 de maio de 2018, principalmente nos itens 20 e 24, relativos à permissão de entrada no Estado de poluentes orgânicos persistentes – POPs;

nº 12.558/2018, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular para debater o Projeto de Lei nº 4.652/2017, que institui a Política Estadual de Redução de Agrotóxicos.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2018.

Marília Campos, presidente.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/7/2018

Às 10h1min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Cássio Soares, Ivair Nogueira e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* em 20/7/2018: ofícios dos Srs. Herbert Percope Seabra, gerente de filial da CEF, e Helvécio Miranda Magalhães Júnior, secretário de Planejamento. Suspende-se a reunião. Às 12h17min são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Tiago Ulisses, Cássio Soares, Ivair Nogueira, Ulysses Gomes e Gilberto Abramo (substituindo o deputado Carlos Henrique, por indicação do BMM). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 78/2018 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Ulysses Gomes). Cumprida a finalidade da

reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2018.

Tiago Ulisses, presidente – Cássio Soares – Tito Torres – André Quintão – Antônio Carlos Arantes.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/8/2018

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados João Leite e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a preservação, restauração e modernização dos equipamentos da malha ferroviária de Minas Gerais sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit. O presidente avoca para si a relatoria da visita realizada ao Dnit no dia 7 de agosto de 2018. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Kátia Malek Saab, diretora-geral da Câmara de Comércio e Indústria Brasileira de Belo Horizonte; Vânia Silveira de Pádua Cardoso, representante da Unidade Ferroviária de Belo Horizonte do Dnit; Bruna Teixeira Cordeiro, secretária de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Dom Silvério; Davina Márcia Souza Braga, conselheira do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – Crea-MG; e Raquel Alkimim Figueiredo Mendonça, assistente do advogado-geral do Estado; e os Srs. Fabiano Martins Cunha, superintendente Regional do Dnit; José Antônio Silva Coutinho, vice-presidente de Relações Institucionais e coordenador da Comissão Técnica de Transportes da Sociedade Mineira de Engenheiros – SME; Antônio Augusto Moreira de Farias, conselheiro da ONG Trem; Júlio César Duarte de Paula, Engenheiro do Dnit; José Roberto Barbosa, diretor-geral da Petrocity Portos; Cássio Roberto dos Santos Andrade e Valmir Peixoto Costa, procuradores do Estado; Ariston Ayres Rodrigues, coordenador de Manutenção Ferroviária do Dnit; Onofre Alves Batista Júnior, advogado-geral do Estado; Marcelo Almeida Pinheiro Chagas, coordenador-geral de Obras Ferroviárias do Dnit; Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima, diretor executivo da YKS e consultor do Banco Mundial; Walmir de Almeida Januário, diretor administrativo e financeiro do Crea-MG; Waldimir Teles Filho, diretor de Planejamento, Gestão e Tecnologia do Crea-MG; Ricardo Soares, engenheiro e ex-funcionário da Usiminas; André Louis Tenuta Azevedo, diretor da ONG Trem; Jérshon Ayres de Moraes, vice-presidente do Circuito Turístico Serras de Minas; e Ney Nascimento Júnior, diretor comercial da Geo 5 Logística. A presidência, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Em seguida concede a palavra à deputada Marília Campos e, na sequência, ao deputado Roberto Andrade. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.621/2018, da deputada Marília Campos e dos deputados João Leite e Roberto Andrade, em que requerem seja realizada visita à oficina da empresa VLI, no Município de Divinópolis, para conhecer suas instalações;

nº 12.622/2018, da deputada Marília Campos e dos deputados João Leite e Roberto Andrade, em que requerem seja formulado voto de congratulações com a Guarda Municipal de Mariana pelo trabalho de defesa do patrimônio ferroviário realizado no município;

nº 12.642/2018, da deputada Marília Campos e dos deputados João Leite e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado à MRS Logística pedido de informações sobre a existência de estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental do Ferroanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 12.643/2018, da deputada Marília Campos e dos deputados João Leite e Roberto Andrade, em que requerem sejam encaminhadas à Coordenação de Manutenção Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – as notas taquigráficas da audiência pública realizada por essa comissão em 5 de julho de 2018, com a presença do Ministério Público Federal;

nº 12.644/2018, da deputada Marília Campos e dos deputados João Leite e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – pedido de informações sobre a programação e a metodologia de trabalho das audiências públicas que acontecerão em Minas Gerais para discutir as concessões ferroviárias, previstas para a partir de setembro de 2018;

nº 12.645/2018, da deputada Marília Campos e dos deputados João Leite e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado à Agência Nacional de Transportes Terrestres pedido de informações substanciadas em cópia dos contratos de concessão ferroviárias firmadas com empresas que atuam em Minas Gerais, bem como de seus eventuais termos aditivos;

nº 12.646/2018, da deputada Marília Campos e dos deputados João Leite e Roberto Andrade, em que requerem seja realizada audiência pública, com a presença do Sr. Jairo Misson Cordeiro, diretor da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária do TCU, para discutir os estudos elaborados pelo Tribunal de Contas da União – TCU – sobre o processo de renovação antecipada das concessões ferroviárias;

nº 12.647/2018, da deputada Marília Campos e dos deputados João Leite e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado à Trem Metropolitano de Belo Horizonte – Metrominas – pedido de providências com vistas a que seja elaborado estudo de viabilidade para utilização de trecho ferroviário, operado pela Concessionária MRS Logística, que liga o centro de Belo Horizonte ao Bairro Horto, à região do Barreiro e ao Município de Ibirité;

nº 12.648/2018, da deputada Marília Campos e dos deputados João Leite e Roberto Andrade, em que requerem seja realizada audiência pública, com a presença do Sr. José Roberto Barbosa da Silva, diretor-geral da empresa Petrocity Portos, para apresentação do projeto da Estrada de Ferro Minas-Espírito Santo, interligando o Aeroporto de Confins ao Centro Portuário de São Mateus, no Espírito Santo;

nº 12.649/2018, da deputada Marília Campos e dos deputados João Leite e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado à Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU – pedido de providências para que seja elaborado estudo de viabilidade para utilização de trecho ferroviário, operado pela Concessionária MRS Logística, que liga Belo Horizonte ao Bairro Horto, à região do Barreiro e ao Município de Ibirité;

nº 12.650/2018, da deputada Marília Campos e dos deputados João Leite e Roberto Andrade, em que requerem seja encaminhado à Coordenação de Manutenção Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – pedido de informações substanciadas em relatório sobre a devolução de trechos ferroviários em Minas Gerais por parte de suas empresas concessionárias.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2018.

João Leite, presidente – Marília Campos.

**ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/8/2018**

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Celise Laviola e Ione Pinheiro e o deputado João Vítor Xavier, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Celise Laviola, declara aberta a

reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de e-mail, encaminhado pelo Fale com as Comissões, de Daniela Silva Rodrigues solicitando a interferência desta comissão junto ao executivo para a regularização do repasse à Fapemig para pagamento dos bolsistas. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Câmara Municipal de Arcos e do Sr. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (26/7/2018); da Sra. Suzana Campos de Abreu, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Fazenda (20/7/2018), e da Câmara Municipal de Sacramento (20/7/2018). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 5.014/2018, em turno único, com a Emenda nº 1 da CCJ, votada em separado (relator: deputado Thiago Cota), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação é aprovado o Requerimento nº 11.359/2018. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.068/2017, 4.926, 4.927 e 5.078/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.583/2018, do deputado Gustavo Valadares, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Zenolia Pimenta Vasquez Vieira.

nº 12.608/2018, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja formulado voto de congratulações com o presidente da Favenorte pelos 15 anos da entidade;

nº 12.610/2018, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Administração Pública, para debater a necessidade da operacionalização da autonomia didático-científica e administrativa da Uemg e o processo de absorção das atividades de ensino, pesquisa e extensão mantidas pelas respectivas fundações educacionais, como unidades da referida universidade;

nº 12.653/2018, do deputado Dirceu Ribeiro, em que requer seja encaminhado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – e à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para proceder, com urgência, ao pagamento das bolsas-auxílio ofertadas pela Fapemig, cujos valores vêm sendo repassados aos estudantes com atraso desde 2016 e desde maio de 2018 não foram efetuados;

nº 12.665/2018, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que seja autorizado o funcionamento da turma do 1º período da Escola Estadual Eunice Weaver – Ensino Fundamental, Médio e EJA –, no segundo semestre do ano letivo de 2018, no Município de Ubá.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de agosto de 2018.

Celise Laviola, presidente – Ione Pinheiro.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 23/8/2018, a seguinte comunicação:

Do deputado Dilzon Melo em que notifica o falecimento de Francisco Ademar Reis, ocorrido em 23/8/2018, em Carmo da Cachoeira. (– Ciente. Oficie-se.)

 **ERRATAS****ATA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/8/2018**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 24/8/2018, na pág. 12, sob o título “Ofícios”, no resumo do ofício do Sr. Eunício Oliveira, onde se lê:

“Requerimento em Comissão nº 9.919”, leia-se:

“Requerimento em Comissão nº 9.919/2017”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe na edição de 17/8/2018, na pág. 11, onde se lê:

“Allan Wilian Lima Monte Alto Filho”, leia-se:

“Allan Wiliam Lima Monte Alto Filho”.